



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



Desafios na consolidação da autonomia produtiva agroecológica no assentamento Resistencia-MG.

Challenges in the consolidation of agroecological productive autonomy in the Resistencia-MG settlement.

FIGUEIREDO, Yuri Gomes¹; FERREIRA, Ana Paula²; CALBINO, Daniel Pinheiro³; SILVA, Fabiola Paulino da⁴; MELO, Angelina Moreira⁵; CARVALHO, Erika Regina⁶

¹(UFSJ, yuri.gfigueiredo@hotmail.com); ²(UFSJ, f.apaula@yahoo.com.br);

³(UFSJ, dcalbino@ufs.edu.br); ⁴(UFV, paulino.fabiola@yahoo.com.br);

⁵(UFSJ, angelinamoreiramelo@hotmail.com); ⁶(EMATER, erika.carvalho@emater.mg.gov.br)

Tema Gerador: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo

O presente trabalho por meio do percurso metodológico de visitas *in loco* e entrevistas qualitativas com os assentados, teve por objetivo geral compreender quais os desafios e possibilidades da produção agroecológica sustentável no assentamento Resistência, no município de Funilândia-MG. Foram apontados diversos fatores limitantes na construção do saber agroecológico, e na consolidação de um projeto de produção coletiva e sustentável. Entre os principais Resultados encontrados, observou-se a deficiência nos laços solidários entre assentados, a escassez hídrica, dificuldades no acesso a créditos, e a debilidade da assistência técnica oferecida.

Palavras-chave: Reforma agrária, agricultura familiar, segurança alimentar.

Abstract

The objective of this work was to understand the challenges and possibilities of sustainable agroecological production in the settlement of Funilândia-MG municipality. Thus, several limiting factors were identified in the construction of agroecological knowledge, and in the consolidation of a collective and sustainable production project, and the generation of income. Among the main results found, there was a deficiency in the solidarity bonds between settlers, water scarcity, difficulties in access to credits, and the weakness of technical assistance offered.

Key words: Land reform, family farming, food security.

Introdução

O importante papel da agricultura nas relações sociais e perspectivas que se estabelece, tem no Brasil o cenário ideal no que diz respeito a uma abordagem transformadora da agricultura em si, e do cumprimento da função social da terra conforme o artigo 186 da constituição Federal:

Art. 186. A função social da propriedade é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I. Aproveitamento adequado;



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



- II. Utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;
- III. Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV. Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

A soberania alimentar do país e o fortalecimento da agricultura familiar estão intimamente ligados, assim como democratização de terras. Nesta perspectiva, é fundamental o papel dos assentamentos conquistados por movimentos sociais nesse processo.

Sobre essa abordagem, fica evidente que a concentração de terras e a produção agrícola baseada na monocultura vai de contramão ao processo democrático de produção e distribuição de alimentos. Um processo que marginaliza os médios e pequenos produtores, enquanto uma minoria que dispõe de mais terras e de financiamentos é largamente favorecida. Situação que tem como consequência o êxodo rural, a alta de preço em artigos alimentares, e na falta do abastecimento destes no mercado interno.

Para uma alternativa à lógica de produção capitalista, a agroecologia desponta como um caminho a soberania alimentar do país, uma vez que sua prática é possível sem a introdução de insumos químicos, e maquinários modernos. Sua construção se baseia no fortalecimento da agricultura familiar, na inclusão social, e uma profunda mudança na estruturação fundiária do país (MOREIRA; CARMO, 2008). Seu enfoque não se limita a práticas de cultivo, pois se trata de uma ciência multidisciplinar que tem como lógica à aplicação de princípios e metodologias, possibilitando uma profunda análise interpretativa, e gestão das relações e perspectivas do agroecossistema (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Assim o processo de reforma agrária, via assentamentos, é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e a manutenção da soberania alimentar nacional.

Logo, o presente trabalho se justifica pela a necessidade de conhecimento da questão agrária e das realidades dos assentamentos. Uma vez que o fomento da agroecologia via assentamentos rurais, busca não só a redistribuição de terras, mas uma nova ordem social, alternativa a monocultura, o latifúndio, e a ordem capitalista de produção.

Essa dualidade ideológica entre ambos os movimentos, se complementam na luta por uma nova abordagem nas relações da agricultura, e da posse privada da terra; resgatando as relações sociais que permeiam a agricultura sustentável, pluralista e solidaria.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



Metodologia

Em termos metodológicos, o presente trabalho de natureza empírica, adotou enquanto método de pesquisa, entrevistas qualitativas semiestruturadas, usando de um gravador de áudio, e a utilização de roteiros pré-definido com os assentados. Além das observações *in loco* no assentamento Resistência localizado no município de Funilândia-MG no período de novembro a dezembro de 2015.

Resultados e Discussão

O histórico do assentamento Resistência tem como partida a trajetória de militantes oriunda de outras ocupações, sendo a cidade de Esmeraldas-MG a última ocupação antes de chegar ao município de Funilândia no dia 5 de novembro de 2000. A ocupação de Esmeralda foi uma ação estratégica no sentido de negociar juntamente com o INCRA (Instituto Federal de Colonização e Reforma Agrária) a ocupação em outro lugar, ação comumente utilizada pelo MST. Tal lugar viria ser o terreno inutilizado pertencente a Igreja Católica (Santa Casa), e que já passara por vistoria antes da década de 80 pelos agentes do INCRA afim de ser expropriada. Das 280 famílias vindas de Esmeraldas, sobraram apenas 20 no final do processo de legitimação da ocupação no ano de 2004. O terreno tem uma área de 333 hectares, divididos em 12 hectares para cada família, e 80 hectares de reserva natural preservado pelos assentados. Sendo 20 famílias atualmente estabelecidas, e cada família obtendo sua gleba de terra e atualmente possuindo o documento de concessão de uso da terra (CCU), enquanto aguardam definitivamente o documento de posse. O assentamento Resistência tem como atividades de sustento, a agricultura de subsistência, como a produção de hortaliças, a criação de animais, e produção de artesanatos. Logo se trona imprescindível manter atividades fora do assentamento como complemento de renda.

Atualmente, diversos entraves burocráticos e outros de ordem prática, travam a perspectiva de uma produção agrícola que possa oferecer sua autonomia produtiva, e a venda de excedentes para região através do comércio, contribuindo para a segurança alimentar e a soberania da nação. Constataram-se quatro entraves centrais que dificultam a transformação social e produtiva:

As relações sociais não solidárias entre os assentados.

Falta de recursos básicos para a produção, como a falta d'água.

Limitações na assistência técnica oferecida ao assentamento.

Entraves burocráticos que dificultam o acesso à linha de créditos.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



Primeiramente no que tange as relações sociais, se a agroecologia é um movimento que perpassa pelas questões técnicas, mas também sociais, é fundamental para o movimento agroecológico o fomento de relações solidárias entre os envolvidos, uma vez que a simples substituição de insumos e técnicas oriundos da revolução verde não é garantia de sua eficácia (Moreira; Carmo; 2008). Em contrapartida, segundo os assentados suas limitações marcam os fracos laços solidários, representada principalmente pelas dificuldades de reuniões coletivas:

“Não há tantas reuniões hoje em dia. Antes quando havia mais necessidade, fazíamos toda semana, depois passou a ser quinzenalmente, e como não vai havendo tanta necessidade, não há tal regularidade. Apenas quando se tem uma urgência, aí se faz a assembleia. Mas se passa até meses sem reunião.” (Trecho da entrevista conversacional livre com os assentados 2015)

O segundo ponto, destacamos a escassez do recurso hídrico, fundamental para a produção, no entanto não atende à demanda produtiva. Sob o ponto de vista agroecológica, deve ser analisada as peculiaridades geográfica do local, como a viabilidades de cultivares, práticas de manejo, e a abertura de poços artesianos pelos próprios assentados (o assentamento conta com apenas um poço artesiano financiado pelo INCRA). Segundo os assentados:

“ Hoje nada, tinha algum gado, mas vendi por causa da dificuldade d’água. Porco também não dá mais, minhas galinhas morreram semana passada por motivo de doença. Planto milho na época de chuva, vou plantar agora cana e capim porque eu quero investir em bezerros. Com o dinheiro do PRONAF, pretendo investir em bezerros! E no momento, este ano mesmo não conseguir fornecer ao PAA as hortaliças, devido ao problema com água. Mas ano passado conseguir entregar três mil reais de hortaliças para a prefeitura. Este ano devido à falta de água, e as menores quantidade de chuvas, não conseguir manter a horta. Justamente este ano meu projeto seria de entregar 9000 reais para a prefeitura, não conseguir!” (Trecho da entrevista conversacional livre com os assentados 2015)

Quanto à assistência técnica, foi designado pelo INCRA técnicos do Instituto Pauline Reichstul (IPR), localizado em Belo Horizonte (há 120 KM de distância), ou seja, tem como dificuldade a distância entre os técnicos e os assentados. E a frequência de visitas dos técnicos é pouca segunda os assentados. Para os mesmos a assistência técnica feita pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural MG) seria mais adequada, pois este órgão é presente no município. Mas isso seria somente possível com a autorização do INCRA:



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



“As visitas não são regulares, primeiramente que a demanda deles é grande, e o pessoal é pouco. Então não conseguem cumprir a demanda. Mas se eles conseguissem ao menos fazer com que o nosso projeto seja aprovado pelo banco, o resto nós viramos para dar conta! Mas qual é o impasse?! Como os técnicos são de BH, para conseguir falar com eles, demora até mais de uma semana, se é o técnico da EMATER, que é presente em Funilândia, para nós seria muito mais fácil! Porque teríamos facilidade no contato, e resolvia as pendências mais rapidamente. Com os técnicos do Instituto Paulino a comunicação é falha, tornando o processo muito mais demorado. E eles ficam até mais de um ano sem vir ao assentamento, sendo que na teoria seria de três em três meses! E sempre que há a troca de turma (técnicos), ou a troca da instituição prestadora do serviço, todo o processo burocrático, a retomada dos trabalhos pelos técnicos, acontece uma perda de tempo enorme, fazendo com que haja esse ciclo de condições que dificulta a documentação para o PRONAF.” (Trecho da entrevista conversacional livre com os assentados 2015)

No terceiro ponto observado, no que se refere ao aparato burocrático, constatamos a própria escassez hídrica como fator limitante para o crédito via PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que é uma linha de crédito do governo, no qual existe um processo burocrático complexo que impossibilita essa aquisição atualmente. Uma série de requisitos de ordem burocrática, acaba gerando um ciclo vicioso e incoerente de limitações que impossibilita o repasse do dinheiro, como diz o entrevistado:

“[...] primeiramente você tem que ter uma assistência técnica, vindo e conversando com as famílias, e hoje quem nos dar assistência é o Instituto Paulino, que é de Belo Horizonte, foi designado pelo INCRA. Mas a gente sabe que hoje a assistência técnica do INCRA tá, mas amanhã não tá!” (Trecho da entrevista conversacional livre com os assentados 2015)

Para o desenvolvimento produtivo do assentamento, há uma necessidade de crédito para construção da agroindústria através do projeto Terra e Sol, e o PRONAF:

“ Hoje temos uma enorme dificuldade. Na mídia o governo fala que faz e acontece, mas na realidade é um problema para você pegar empréstimo. Estamos em uma luta para acessar o PRONAF, e nem sabemos se vamos conseguir.” (Trecho da entrevista conversacional livre com os assentados 2015)



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



Há, no entanto, pequenas linhas de crédito, como a possibilidade que vem sendo discutida entre as mulheres do assentamento, na aquisição de um fomento no valor de 3.000 reais para cada. Porém, quem for titular do terreno pode optar pelo PRONAF, recebendo um valor de 25.000 reais, mas a deixaria sem a opção do fomento, que é uma documentação mais simples para o processo burocrático.

“Se trata, de um crédito no valor de três mil reais, para a mulher investir em alguma atividade econômica, como quitanda, criação de galinha, artesanato e afins. Mas é um crédito específico para a mulher, fazendo com que ela tenha sua autonomia. Para o homem não meter o dedo! Assim o uso do crédito para atividades como criação de gado, fica proibido, pois sabem que isso acaba caindo nas mãos do homem.” (Trecho da entrevista conversacional livre com os assentados 2015)

Fica claro nos relatos dos assentados, uma profunda precariedade na estrutura produtiva, e até mesmo de subsistência do Resistencia. Sendo dificuldades diversas, demonstrando pouco comprometimento do Estado, no que concerne o processo de reforma agrária.

Conclusões

O presente trabalho teve por objetivo geral compreender quais os desafios e possibilidades da produção agroecológica sustentável no assentamento Resistência no município de Funilândia-MG, no intuito de explorar as interfaces entre o assentamento e agroecologia, e sua cumplicidade no processo de fortalecimento da agricultura familiar, e a manutenção da soberania alimentar do país.

Foram observados quatro problemas centrais no assentamento Resistencia, que impossibilitam o processo amplo de produção agroecológica e coletivo. Sendo estes de ordem social, de recursos básicos, assistências e burocráticas. Assim fica evidente que a simples distribuição de terras destituída de condições básicas e linhas de créditos para os “sem-terra”, não é suficiente para uma transição agroecológica nos assentamentos.

O processo de reforma agrária deve ser visto como um projeto amplo e fundamental para a democratização do capital, e a manutenção da segurança alimentar. A agroecologia deve ser abordada de forma sistemática não só pelos produtores assentados, mas também pelos órgãos públicos como as ATER (Assistência Técnica Rural) espalhados pelo país. E a excessiva burocratização juntamente com a centralização das decisões, deve ser analisada, visando à praticidade em vista das circunstâncias precária que se encontra nas terras recentemente entregues aos assentados.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



Referências bibliográficas

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002

MOREIRA.R.M.; CARMO.M.S. AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul. /dez. 2004

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (arts. 184 a 191) p.111